Licitações

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 096/2016
Tipo: Menor Preço
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa do ramo para o fornecimento de recarga de gás de cozinha e casco de botijões de gás de cozinha, os quais serão utilizados para atender a demanda das Secretarias e respectivos Departamentos deste Município.
Data de Abertura: às 08h30min do dia 15 de junho de 2016.

Modalidade: Pregão Presencial nº 097/2016
Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada em serviços de instalação de forro em PVC com fornecimento do material, sob demanda, com retirada e/ou recuperação do existente, a serem empregados nas instalações físicas de responsabilidade deste Município de Guaíra/PR.
Data de Abertura: às 14h30min do dia 15 de junho de 2016.

Modalidade: Pregão Presencial nº 098/2016
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de adesivo e mão-de-obra de instalação, os quais serão empregados na manutenção e identificação dos veículos, motos, equipamentos e máquinas oficiais, pertencentes a frota municipal, deste Município. EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (QUANDO FOR O CASO PERMITIDO PARA MEI), CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 01, DE 27 DE ABRIL DE 2016.
Data de Abertura: às 08h30min do dia 16 de junho de 2016.

Os editais e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Portal do Cidadão. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.
Guaíra (PR), em 01 de junho de 2016.
Anildo Moraes Perazzo/Pregoeiro /Comissão Permanente de Licitações

CAMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

ESTADO DO PARANÁ
 EDITAL DE RESULTADO LICITAÇÃO
 REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016
 A CAMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, torna público o RESULTADO, do processo licitatório supra referido, que realizou em sua sede, sito à Rua Monte Belo, 607 - Centro, Icaraima, Estado do Paraná, no dia 31/05/2016 às 14:30 horas, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, o qual tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de móveis, armários, gaveteiros e prateleiras, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital – Anexo I para equipar este poder legislativo.
 VENCEDOR LOTE I:
 EMPRESA: L. E. CONCEICAO DE MOVEIS MARSOLO LTDA - EPP
 OLS: A Loja Industrial e Comércio de Móveis Marsolo Ltda - EPP apresentou em sua habilitação a Certidão de Débito Municipal Positiva, porém, por se tratar de ME/EPP, abriu-se o prazo de 5 dias úteis para regularização. Conforme art. 43º, § 1º e § 2º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 VENCEDOR LOTE II:
 INFORMÁNICAS EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP
 Endereço da Câmara Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, 01 de junho de 2016.
 MANOEL TIMOTEU DE ALMEIDA
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

ESTADO DO PARANÁ
 REPUBLICAR POR INCORREÇÕES
 DECRETO Nº 354/2016
 DATA: 10/03/2016
 SÚMULA: Nomear os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Icaraima do Estado do Paraná.
 O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICARAÍMA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 021/2003, de 01 de outubro de 2003.
 DECRETA:
 Art. 1º - Nomear os representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Icaraima do Estado do Paraná, conforme a Lei Municipal 021/2003 de 01 de outubro de 2003 e em decorrência da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 25 de julho de 2015.
 REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS (15):
 a) ÁREA GOVERNAMENTAL
 I) Secretaria Municipal de Assistência Social
 Titular: Ricardo Ceza
 Suplente: Lúcia Barbosa da Silva Araújo
 II) Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo
 Titular: Luiz Antonio Mendes da Cruz
 Suplente: Claudinei Cajueiro da Silva
 III) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
 Titular: Vera Lúcia de Jesus
 Suplente: Ivone Maria dos Santos Silva
 IV) Secretaria Municipal de Saúde
 Titular: Carlos Regina Martins Soares
 Suplente: Roberto Milhone Leal
 V) SECRETARIA MUNICIPAL - ENTIDADES CÍVIS CONSTITUÍDAS
 I) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
 Titular: Maria dos Anjos Borba Barbosa
 Suplente: Raquel Célia da Silva Almeida
 II) – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icaraima
 Titular: Orivaldo F. Monerato
 Suplente: Luiz Braz Ganzaroli
 III) – Igreja Católica Nossa Senhora Aparecida
 Titular: Ademar Ereno Spontoni
 Suplente: Jose Carmo dos Reis
 IV) – Associação Comercial e Industrial de Icaraima
 Titular: Rafaela Saito
 Suplente: Raesé Maia Soares
 V) – Associação da 3ª idade
 Titular: Rosângela de Fátima Lopes
 Suplente: Jurandir Aparecido de Sousa
 VI) – Igreja Evangélica
 Titular: Antonio Marcos de Lima
 Suplente: Margarida Amaluzi
 VII) – La Sagrado Coração de Jesus
 Titular: Antonio Carlos dos Santos
 VIII) – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Funcionários da Escola Municipal Icaraima
 Titular: Kessia Nireida de Oliveira Souza
 Suplente: Ester Biaz Ferreira Neves
 Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Pádua, 10 de março de 2016.
 Paulo de Queiroz Souza
 Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

ESTADO DO PARANÁ
 DECRETO Nº 01/2016
 SÚMULA: Aprova as Contas Municipais do Município de Alto Paraíso relativas ao exercício financeiro de 2013 e por consequência, acolhe as conclusões emitidas no Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Acórdão nº 215/2015, dando outras providências.
 O Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou, e ele, promulga o seguinte Decreto Legislativo.
 Art. 1º - Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em decorrência da análise realizada em 2013.
 Art. 2º - Ficam acolhidas as conclusões emitidas no Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná através do Acórdão nº 215/2015, que julgou regulares as contas da senhora Maria Aparecida Zanuto Faria, prefeita do Município de Alto Paraíso.
 Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
 Edifício da Câmara de Vereadores de Alto Paraíso-PR, 31 de maio de 2016.
 Carlos dos Santos
 Presidente
 Dejalma Gonçalves de Oliveira
 Vice-Presidente
 Tayla Silvério dos Santos
 Primeira Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

ESTADO DO PARANÁ
 DECRETO Nº 3638/2016
 SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Suplementar por anulação de dotação e dá outras providências.
 O Prefeito Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica nº 1210 de 21 de Dezembro de 2015.
 DECRETA:
 Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar por anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2016, inclusos/abitação dos anexos da Lei discriminatória para o exercício de 2016 e do Plano Plurianual de 2014 a 2017, e altera a Programação Financeira no limite de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 11.04 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E JUVENTUDE
 08.243.0028.6.001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E JUVENTUDE
 3.930.08.00 463 - Outros Benefícios Assistenciais de Pessoa Jurídica 8.500,00
 FONTE 000 8.500,00
 Art. 2º - Como recurso para cobertura de Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
 11.04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 11.04 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E JUVENTUDE
 08.243.0028.6.001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E JUVENTUDE
 3.930.08.00 463 - Outros Benefícios Assistenciais de Pessoa e Militar 2.000,00
 Material de Consumo 6.500,00
 Recursos Ordinários (livres) 6.500,00
 FONTE 000 8.500,00
 Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário e este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
 Prefeitura Municipal de Icaraima, ao 01 dia do mês de junho de 2016.
 PAULO DE QUEIROZ SOUZA
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ
 DECRETO Nº 058 DE 01 DE JUNHO DE 2016
 SÚMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO N.º 043/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2016 NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal SR. ALIRIO JOSE MISTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o julgamento proferido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nomeado pela portaria do executivo sob n.º 002/2016, e.
 Considerando os termos e trâmites legais atendidos em conformidade com o que determina o Edital Licitatório amparado pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006, de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
 D E C R E T A:
 Art. 1º - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e adjudicado pelo que trata o processo licitatório n.º 044/2016, na modalidade de Pregão Presencial – SRP n.º 029/2016 que tem como objeto: PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para o fornecimento e instalação de dois Super Postes, para a iluminação do Trevo de acesso a Francisco Alves – BR 272, no Município de Francisco Alves-PR, para a(s) seguinte(s) empresa(s) licitante(s): PRO AGRICOLA IPORA LTDA - EPP, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o lote nº 01.
 Art. 2º - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de Sessão Pública com lance sequencial, Ata de Registro de Preços, Edital de Resultados, Extrato de ata, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório de conformidade com o que determina Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006 de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas e/ou legislação regulamentares aplicáveis à espécie tanto perante a legislação federal e/ou municipal pertinente à matéria.
 Art. 3º - Fica autorizado a formalizar o devido contrato e/ou ata de registro de preços nos termos do Artigo 54, dos demais artigos seguintes desta Lei Federal 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e das demais legislações municipais em vigor e pertinente a matéria.
 Art. 4º - A existência de quantidade e preços registrados na ata de registro de preços constitui apenas estimativa e não obriga o município a firmar-se de quaisquer contratações ou aquisições que deles poderão advir e que não caiba o direito a indenização de qualquer espécie por parte da licitante vencedora, facultando o município a utilização de outros meios para aquisição, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao SRP- Sistema de Registro de Preços, assegurando ao beneficiário do registro de preferência a preferência em igualdade de condições.
 Art. 5º - A homologação do resultado da licitação e a firmção da Ata de Registro de Preços não obriga o Município a realizar a aquisição total dos produtos e/ou serviços ou quaisquer contratações do objeto licitado se não for de sua vontade, não cabendo à empresa vencedora qualquer direito caso não sejam atingidos para fornecimento da totalidade.
 Art. 6º - Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste decreto.
 Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua emissão e/ou publicação.
 Edifício Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e dezesseis.
 ALIRIO JOSE MISTURA
 PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
 EXTRATO DE CONTRATO
 Contrato nº 46/2016
 Contratante: Município de Perobal
 Contratado: FUNDAÇÃO CANDIDO GARCIA.
 Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração de estágios, visando atender estudantes vinculados à estrutura do ensino público e privado do país para preenchimento de oportunidades de estágio para a Administração Pública de Perobal.
 Valor Total: R\$ 43.656,00.
 Vigência: 10/05/16 a 31/12/2016.
 Fundamentação: Pregão nº 11/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ
 DECRETO Nº 057 DE 01 DE JUNHO DE 2016
 SÚMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO N.º 044/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2016 NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal o Prefeito Municipal SR. ALIRIO JOSE MISTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o julgamento proferido pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nomeado pela portaria do executivo sob n.º 002/2016, e.
 Considerando os termos e trâmites legais atendidos em conformidade com o que determina o Edital Licitatório amparado pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006, de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
 D E C R E T A:
 Art. 1º - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e adjudicado pelo que trata o processo licitatório n.º 044/2016, na modalidade de Pregão Presencial – SRP n.º 029/2016 que tem como objeto: PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para o fornecimento de Material e Mão de Obra (Cobal), para a Troca e/ou manutenção da iluminação da Av. Pe. José Stefanelli, no Município de Francisco Alves-PR, para a(s) seguinte(s) empresa(s) licitante(s): PRO AGRICOLA IPORA LTDA - EPP, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta realizado em sessão pública em forma de lance sequencial em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o lote nº 01.
 Art. 2º - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de Sessão Pública com lance sequencial, Ata de Registro de Preços, Edital de Resultados, Extrato de ata, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório de conformidade com o que determina Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 030/2006 de 15 de maio de 2006, Decreto 5.450/2005 de 31 de maio de 2005, Decreto 5.504/2005 de 05 de agosto de 2005 e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas posteriormente e demais normas e/ou legislação regulamentares aplicáveis à espécie tanto perante a legislação federal e/ou municipal pertinente à matéria.
 Art. 3º - Fica autorizado a formalizar o devido contrato e/ou ata de registro de preços nos termos do Artigo 54, dos demais artigos seguintes desta Lei Federal 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e das demais legislações municipais e federal em vigor e pertinente a matéria.
 Art. 4º - A existência de quantidade e preços registrados na ata de registro de preços constitui apenas estimativa e não obriga o município a firmar-se de quaisquer contratações ou aquisições que deles poderão advir e que não caiba o direito a indenização de qualquer espécie por parte da licitante vencedora, facultando o município a utilização de outros meios para aquisição, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao SRP- Sistema de Registro de Preços, assegurando ao beneficiário do registro de preferência a preferência em igualdade de condições.
 Art. 5º - A homologação do resultado da licitação e a firmção da Ata de Registro de Preços não obriga o Município a realizar a aquisição total dos produtos e/ou serviços ou quaisquer contratações do objeto licitado se não for de sua vontade, não cabendo à empresa vencedora qualquer direito caso não sejam atingidos para fornecimento da totalidade.
 Art. 6º - Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste decreto.
 Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua emissão e/ou publicação.
 Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e dezesseis.
 ALIRIO JOSE MISTURA
 PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ
 DECRETO Nº 057 DE 01 DE JUNHO DE 2016
 SÚMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO N.º 044/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2016 NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
 O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei.
 Considerando a absoluta prioridade à criança e ao adolescente na elaboração das políticas públicas, conforme previsto no Artigo 227 da Constituição Federal do Brasil e no Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, as Diretrizes da Criança e do Adolescente do Município de ICARAIMA, que reconhecem que todos os estados e municípios da federação elaborem, implantem e implementem os seus respectivos Planos Decenais de Direitos da Criança e do Adolescente, no que se refere a preferência em igualdade de condições.
 D E C R E T A:
 Art. 1º - Fica criado o Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente, indicados pelos Chefes dos seguintes órgãos/instituições:
 I – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CMNCA);
 II – Secretarias Municipais: Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social, Esporte e o lazer;
 III – Órgãos estaduais: Colegiado de Políticas Municipais;
 IV – Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 V – Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Paraná.
 Art. 2º - Será convidado a compor este Comitê um adolescente indicado pelo CMNCA, com 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente.
 Art. 3º - O Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os conselhos setoriais contarão com dois representantes, sendo um governamental e outro não governamental.
 Parágrafo único. Em caso de não cumprimento do número de representantes indicados nesse Artigo, o representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos conselhos setoriais deverá ser, necessariamente, não governamental.
 Art. 4º - O Comitê ora instituído será presidido pela Secretária Municipal de Ação Social.
 Art. 5º - O Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem a seguinte atribuição:
 I – elaborar o Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação, para aprovação do CMNCA;
 II – acompanhar a implementação do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 Art. 6º - Todas as secretarias e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas setoriais que compõem a Política de Direitos da Criança e do Adolescente participam deste Comitê.
 Art. 7º - O Comitê Interinstitucional para Elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentará à Secretaria de Ação Social, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da publicação deste Decreto, o texto preliminar do referencial, com todos os componentes reconhecidos, incluindo o Plano de Ação, com as atribuições de cada órgão/instituição envolvido.
 Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
 Edifício da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.
 ALIRIO JOSE MISTURA
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA RETORNO AS ATIVIDADES FUNCIONAIS
 O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrita no CNPJ nº 07.139.660/01-7, com sede administrativa na Rua Jorge Ferreira, n.º 627, neste ato representado por seu atual Prefeito, ALIRIO JOSE MISTURA, brasileiro, casado, portador de Céd. de Ident. RG nº 5.285.518-7 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 710.227.089-53, CONVOCA o senhor JOSE FANTIN, portador da Carteira de Identificação nº 2.226.194-4 SSP/PR e do Cadastro de Pessoa Física CPF/MF sob nº 9.176.749.649-00, ocupante do cargo de Promovido Efetivo de AGENTE DE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Grupo Ocupacional Administrativo, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeado pelo Edital nº 029/2016, em 03 de maio de 2016, a comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, sito à Rua Jorge Ferreira, n.º 627, neste município de Francisco Alves, no prazo de 48 (quarenta e oito) dias, sob pena de caracterização de abandono de cargo e consequentes penalidades previstas conforme previsto nos artigos 147, II e 153 da Lei Municipal nº 248/93 que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores do município de Francisco Alves, Estado do Paraná e dá outras providências.
 Francisco Alves, 01 de julho de 2016.
 ALIRIO JOSE MISTURA
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
 PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2016-FMS
 EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MI
 ATA DE ADJUDICAÇÃO
 O Pregoeiro do Município de Ivaté, Estado do Paraná, nomeado pela Portaria nº 3.347, de 26 de junho de 2015, na forma estabelecida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, ADJUDICA, nos melhores termos de direito, o objeto de que trata o pregoeiro, sob o nº 10/2016-FMS, em favor de:
 01 - LOPES PAPELARIA LTDA - CNPJ nº 07.415.355/01-00, sita em Itaipava, 06, 07, 16 e 17 no valor global de R\$ 5.308,00 (cinco mil trezentos e oito reais), de COMERCIAL TERRA ROXA MOVEIS LTDA - EPP - CNPJ 14.010.571/0001-11, o item 04 no valor global de R\$ 1.960,00 (mil e novecentos e sessenta e sete reais) de FERRAGENS DE MARTINS JUNIOR - CNPJ 03.855.720/0001-00, sita em Curitiba, no valor global de R\$ 17.674,00 (dezoito mil seiscentos e setenta e quatro reais), V I MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME - CNPJ 15.766.775/0001-40, no item 05 e 15 no valor global de R\$ 4.065,00 (quatro mil e sessenta e cinco reais) e de C LOPES PAPELARIA LTDA - CNPJ 07.415.355/01-00, no item 10 no valor global de R\$ 600,00 (seiscentos reais).
 ABEI JOAO PACHECO DOS SANTOS
 Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
 TERMO ADITIVO Nº 001
 EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MI
 DESTINADO A DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, DO PROCESSO LICITATORIO PREGÃO Nº 011/2015- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito JUREZ DOS SANTOS JUNIOR aqui denominado Contratante, de outro lado o SR. RUBENS APARECIDO DE SOUZA, brasileiro (a), portador do - RG. N.º 3.897.477-7/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.653.659-78, residente e domiciliado na cidade de LIMA/RN/PR, representante da empresa RUBENS PAPELARIA LTDA, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
 Cláusula primeira: Fica prorrogado o término da vigência do contrato nº029/2015, alterando o valor passando de R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais), para R\$ 207.500,00 (duzentos e sete mil e quinhentos reais) de acordo com o processo licitatório pregão nº 11/2015.
 Cláusula segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
 MARILUZ, 01 DE JUNHO DE 2016
 JUREZ DOS SANTOS JUNIOR
 PREFEITO EM EXERCÍCIO
 Contratante
 RUBENS PAPELARIA LTDA
 RUBENS APARECIDO DE SOUZA
 Contratada
 Testemunhas
 Nome.....CPF.....
 Nome.....CPF.....
 Nome.....CPF.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
 TERMO ADITIVO Nº 002
 EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MI
 DESTINADO A DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, DO PROCESSO LICITATORIO PREGÃO Nº 011/2015- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito JUREZ DOS SANTOS JUNIOR aqui denominado Contratante, de outro lado o SR. IVONE DEMARCI MARTINS, (brasileiro) portador do - RG. N.º 3.827.897-5/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 562.173.869-91, residente e domiciliado na cidade de MARILUZ/PR, representante da empresa I.D. MARTINS FERRAGENS, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
 Cláusula primeira: Fica prorrogado o término da vigência do contrato nº 29/2013, para o dia 31/12/2016.
 Cláusula segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
 MARILUZ, 01 DE JUNHO DE 2016
 PAULO ARMANDO DA SILVA ALVÍ
 CONTRATANTE
 I.D. MARTINS - FERRAGENS
 IVONE DEMARCI MARTINS
 CONTRATADA
 Testemunhas
 Nome.....CPF.....
 Nome.....CPF.....
 Nome.....CPF.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
 TERMO ADITIVO Nº 006
 EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MI
 DESTINADO A DIVERSOS SETORES DE FERRAGENS, MATERIAIS DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO E DE EXPEDIENTE DE ACORDO COM O PREGÃO 11/2013.
 O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito JUREZ DOS SANTOS JUNIOR aqui denominado Contratante, de outro lado o SR. IVONE DEMARCI MARTINS, (brasileiro) portador do - RG. N.º 3.827.897-5/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 562.173.869-91, residente e domiciliado na cidade de MARILUZ/PR, representante da empresa I.D. MARTINS FERRAGENS, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
 Cláusula primeira: Fica prorrogado o término da vigência do contrato nº 29/2013, para o dia 31/12/2016.
 Cláusula segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
 MARILUZ, 01 DE JUNHO DE 2016
 PAULO ARMANDO DA SILVA ALVÍ
 CONTRATANTE
 I.D. MARTINS - FERRAGENS
 IVONE DEMARCI MARTINS
 CONTRATADA
 Testemunhas
 Nome.....CPF.....
 Nome.....CPF.....
 Nome.....CPF.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
 TERMO ADITIVO Nº 006
 CONTRATO Nº 29/2013 AQUISIÇÃO DE FERRAGENS, MATERIAIS DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO E DE EXPEDIENTE DE ACORDO COM O PREGÃO 11/2013.
 O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito JUREZ DOS SANTOS JUNIOR aqui denominado Contratante, de outro lado o SR. IVONE DEMARCI MARTINS, (brasileiro) portador do - RG. N.º 3.827.897-5/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 562.173.869-91, residente e domiciliado na cidade de MARILUZ/PR, representante da empresa I.D. MARTINS FERRAGENS, aqui denominado Contratada, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
 Cláusula primeira: Fica prorrogado o término da vigência do contrato nº 29/2013, para o dia 31/12/2016.
 Cláusula segunda: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
 MARILUZ, 01 DE JUNHO DE 2016
 JUREZ DOS SANTOS JUNIOR
 PREFEITO EM EXERCÍCIO
 CONTRATANTE
 I.D. MARTINS - FERRAGENS
 IVONE DEMARCI MARTINS
 CONTRATADA
 Testemunhas
 Nome.....CPF.....
 Nome.....CPF.....
 Nome.....CPF.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

ESTADO DO PARANÁ
 LEI Nº 685/2016
 A Câmara Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, aprova, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE:
 DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO
 CAPÍTULO I
 DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
 Art.1º - A Política Municipal de Saneamento Básico de Ivaté tem como objetivo, respeitadas as competências da TORNAR PÚBLICA, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse âmbito.
 Parágrafo único. Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:
 a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até às ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
 b) saneamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
 c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
 d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.
 Art. 2º - A competência da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:
 I - universalização do acesso;
 II - integração das atividades e componentes do conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
 III - abastecimento de água potável: saneamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
 IV - a qualidade dos serviços de desenvolvimento urbano municipal e regional, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
 V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
 VI - a qualidade dos serviços de desenvolvimento urbano municipal e regional, de serviços de drenagem e de combate à poluição e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
 VII - eficiência e sustentabilidade econômica;
 VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
 IX - responsabilidade de efluentes destinados a serem tratados;
 X - controle social;
 XI - segurança, qualidade e regularidade;
 XII - integração das infraestruturas de serviços ou locais;
 XIII - adoção de medidas de controle a moderação do consumo de água.
 CAPÍTULO II
 SESSÃO I
 DO INTERESSE LOCAL
 Art.3º - Para o cumprimento do disposto no Artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Saneamento Básico, considera-se como de interesse local:
 I - o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;
 II - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;
 III - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;
 IV - o incentivo ao planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

Publicações

leis@ilustrado.com.br

AASFA- ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS SOLIDÁRIOS DE FRANCISCO ALVES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Extraordinária

AASFA-ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS SOLIDÁRIOS DE FRANCISCO ALVES ("ASSOCIAÇÃO") Pelo seu Presidente em exercício e no uso de suas atribuições legais e nos termos de seu Estatuto, ficam convocados os senhores associados da AASFA a se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos das normas estatutárias, a se realizar no dia 06 de maio de 2016 com início para as 17:00 horas na sede da JC CONSULTORIA, localizada em Francisco Alves – Pr., sito a Rua Governador Parigot de Souza, 804 , em 1ª convocação, em segunda e em terceira convocação (artigo 21) , na mesma data e endereço, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Destituição da diretoria e Conselho Fiscal a) - Indicação de seus substitutos que dirigirão a AASFA;); b)- Reativação da Rádio comunitária e (c) outros assuntos de interesse geral. Não havendo quórum suficiente para a instalação da Assembleia Geral Extraordinária, em primeira convocação, fica desde já estabelecido que esta se reunirá, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após o horário marcado e em terceira convocação, 30 (trinta) minutos após o horário marcado.

Francisco Alves – Pr., 25 DE ABRIL DE 2016.

JOSE COSTA DE OLIVEIRA
Presidente da AASFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2016
Processo Licitatório n.º 042/2016
Objeto do Contrato: Construção de um Anexo de Apoio Administrativo, no município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo. Certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de uma empresa para prestação de serviços e aquisição de peças e acessórios para reposição e manutenção nos veículos (Kombi, Uno, Trator, Strada, Fala, Caminhão GMC, Vectra), pertencentes à Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, utilizados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Serviços Rodoviários, Saúde, Administração e Agricultura. Os serviços serão realizados conforme relação constante nos Lotes e de acordo com as condições particulares deste Edital, conforme os dispositivos das Leis Federais n.º 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores. Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e alterações posteriores e demais normas regulamentares.

O Edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 8:00 hrs às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br, conforme Art. 32 da Lei Federal 8.666/93.
LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal
DATA: 14 - Junho - 2016
HORÁRIO: 09:00 horas
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, ao 01 de Junho de 2016.
MÁRIA APARECIDA ZANUTO FÁRIA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO N.º 1362/2016
DATA: 01 de Junho de 2016.
SÚMULA: Homologa resultado do processo licitatório, modalidade TOMADA DE PREÇOS, n.º 009/2016. A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão de Licitação.
DECRETA:
Art. 1º) Fica adjudicado o resultado do processo licitatório, modalidade Tomada de Preços n.º 009/2016 em favor da empresa R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
Art. 2º) Fica homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Tomada de Preços n.º 009/2016 em favor da empresa R C M PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, que tem como objeto a contratação de uma empresa para realização de serviços de manutenção de Avenida Pedro Amaro dos Santos, em Alto Paraíso, conforme especificado nos projetos de execução - anexo I do edital (empregada por preço global).
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, ao 01 dia do mês de Junho de 2016.
MÁRIA APARECIDA ZANUTO FÁRIA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2016
CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: C. J. LOPES PAPELARIA - ME
OBJETO: Aquisição de Conjuntos para Refeitório, destinado à Escola Municipal 09 de Maio do Município de Alto Paraíso, conforme descrição no Anexo I. Os materiais serão solicitados de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação, onde os mesmos deverão ser entregues no local especificado pela Secretaria, de acordo com as condições particulares deste Edital.
VALOR: R\$ 550,00 (Quatro mil e quinhentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
FORUM: Comarca de Xambê.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, NOTIFICAMOS os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
UNIAO - Icms Desoneração - LC 87/96	31/05/16	5.997,21
TOTAL REPASSE		5.997,21

Alto Paraíso, 01 de junho de 2016.

MÁRIA APARECIDA ZANUTO FÁRIA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 006/2016
A Prefeitura Municipal de Altonia, em obediência ao disposto na Lei n.º 9.452/97, torna público e notifica a população em relação ao recebimento do Recurso Federal a este Município, conforme publicação no site: www.altonia.pr.gov.br, abaixo identificado:
OBJETO: FNDE/PNAT-SEED VALOR LIBERADO: R\$ 153.360,77
MINISTÉRIO: FUNDO M. DE EDUCAÇÃO DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016
VALOR LIBERADO: R\$ 16.735,23 OBJETO: FNS/MAC-HOSPITAL VALOR LIBERADO: R\$ 100.504,04
MINISTÉRIO: FUNDO M. DE EDUCAÇÃO DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016
VALOR LIBERADO: R\$ 36.524,45 OBJETO: FNS/VIGILANCIA SANITARIA VALOR LIBERADO: R\$ 17.400,00
DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016 MINISTÉRIO: FUNDO M. DE SAUDE VALOR LIBERADO: R\$ 11.373,04
OBJETO: FNDE/TRANSPORTE ESCOLAR VALOR LIBERADO: R\$ 7.545,88
DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016 MINISTÉRIO: FUNDO M. DE SAUDE VALOR LIBERADO: R\$ 80.000,00
OBJETO: FNS/ CONST. ESCOLA DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016
MINISTÉRIO: FUNDO M. DE EDUCAÇÃO VALOR LIBERADO: R\$ 153.297,22
OBJETO: FNS/ISSUAS VALOR LIBERADO: R\$ 153.297,22
DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016 MINISTÉRIO: FUNDO DES. SOCIAL E C. A FOME VALOR LIBERADO: R\$ 598,30
OBJETO: FNDE/MERENDA ESCOLAR DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016
VALOR LIBERADO: R\$ 28.634,00 OBJETO: FNS/ALTONIA BL P/SS VALOR LIBERADO: R\$ 17.400,00
DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016 MINISTÉRIO: FUNDO DES. SOCIAL E C. A FOME VALOR LIBERADO: R\$ 17.400,00
OBJETO: FNS/PS/SEAC-FNAs VALOR LIBERADO: R\$ 10.000,00
DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016 MINISTÉRIO: FUNDO DES. SOCIAL E C. A FOME VALOR LIBERADO: R\$ 10.000,00
OBJETO: FNS/MAE PARANÁ DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016
VALOR LIBERADO: R\$ 11.070,00 MINISTÉRIO: FUNDO DES. SOCIAL E C. A FOME VALOR LIBERADO: R\$ 11.070,00
OBJETO: FNS/SIG/DFB DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016
VALOR LIBERADO: R\$ 6.594,77
DATA DA LIBERAÇÃO: 05/05/2016

MUNICÍPIO DE GUAIRÁ

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 097/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 028/2016
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAIRÁ
Contratado: PIANA & PIANA LTDA - EPP
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada, que será responsável pelo fornecimento de materiais, os quais serão utilizados na manutenção da caixa d'água localizada no prédio do Paço Municipal Kurt Walter Hasper, em Guairá, Paraná.
Valor Total: R\$ 785,00 (setecentos e sessenta e oito reais).
Prazo de Vigência: início em 25 de maio de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016.
Data de Assinatura: 25 de maio de 2016.
Foro: Guairá – Paraná, Guairá, 25 de maio de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 098/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 029/2016
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAIRÁ
Contratado: CREMAGAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Objeto do Contrato: Contratação da empresa CREMAGAL COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA, que será responsável pelo fornecimento de materiais, os quais serão utilizados na manutenção da caixa d'água localizada no prédio do Paço Municipal Kurt Walter Hasper, em Guairá, Paraná.
Valor Total: R\$ 170,00 (cento e setenta reais).
Prazo de Vigência: início em 25 de maio de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016.
Data de Assinatura: 25 de maio de 2016.
Foro: Guairá – Paraná, Guairá, 25 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 181/2016
Ementa: Homologa julgamento proferido por Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao Edital de Pregão Presencial nº 086/2016 – MUNICÍPIO DE GUAIRÁ/PR.
O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAIRÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido por Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao Edital de Pregão Presencial nº 086/2016, que tem como objeto a contratação de empresa especializada que será responsável por desenvolver o Plano Básico de Proteção Aeroportária (PBZA/PA) do Aeródromo do Município de Guairá. A empresa: PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA - EPP, vencedora global da Licitação, com valor total máximo de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 25 de maio de 2016. Guairá (PR), 25 de maio de 2016.
FABIAN PERSI VENDRUSCOLO / PREFEITO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 097/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 028/2016
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAIRÁ
Contratado: PIANA & PIANA LTDA - EPP
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada, que será responsável pelo fornecimento de materiais, os quais serão utilizados na manutenção da caixa d'água localizada no prédio do Paço Municipal Kurt Walter Hasper, em Guairá, Paraná.
Valor Total: R\$ 785,00 (setecentos e sessenta e oito reais).
Prazo de Vigência: início em 25 de maio de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016.
Data de Assinatura: 25 de maio de 2016.
Foro: Guairá – Paraná, Guairá, 25 de maio de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 098/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 029/2016
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAIRÁ
Contratado: CREMAGAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Objeto do Contrato: Contratação da empresa CREMAGAL COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA, que será responsável pelo fornecimento de materiais, os quais serão utilizados na manutenção da caixa d'água localizada no prédio do Paço Municipal Kurt Walter Hasper, em Guairá, Paraná.
Valor Total: R\$ 170,00 (cento e setenta reais).
Prazo de Vigência: início em 25 de maio de 2016 e término em 31 de dezembro de 2016.
Data de Assinatura: 25 de maio de 2016.
Foro: Guairá – Paraná, Guairá, 25 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
LEI Nº. 1.536/2016
SÚMULA: Dispõe sobre o subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Altonia, Estado do Paraná, para a Legislatura de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTONIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:
Art. 1º - Consoante o inciso I do art. 29 da Constituição Federal com redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº19, de 04 de junho de 1998, fica fixado, o valor do subsídio dos Vereadores e Presidente da Câmara Municipal de Altonia, obedecendo-se os seguintes parâmetros:
a)- Aos Vereadores: R\$ 831,95 (oitocentos e trinta e um reais e noventa e cinco Centavos), mensais;
b)- Ao Presidente da Câmara Municipal R\$-9.719,91 (Nove Mil, Setecentos e Dezenove Reais e Noventa e Um Centavos), mensais.
Parágrafo Único - O disposto nas alíneas "a", "b" do artigo anterior, terá eficácia no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Art. 2º - O subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Altonia, será reajustado anualmente de acordo com o índice do INPC – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.
Paço Municipal, Vereador Pedro de Paiva, aos, 24 dias do mês de maio de 2016.
AMARILDO RIBEIRO NOVATO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA

Estado do Paraná
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REF. AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA - PR E A EMPRESA NARESSI & CAVALHERI LTDA.
O MUNICÍPIO DE CIDADE GAUCHA, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF n.º 75.377.200/0001-67, com sede a R. 25 de Julho, 1814, nesta Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade CIVIL RG n.º 5.192.076-7/SSP-PR, inscrito no CPF n.º 036.906.609-05, residente e domiciliado na Rua J. K. Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa NARESSI & CAVALHERI LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.635.015/0001-19 e cadastrado pela Inscrição Estadual n.º 901.22620-24 devidamente instalada e em pleno funcionamento Av. Emendado de Cidreira, n.º 3861 Telefone (41) 3875-1618 no Município de Cidade Gaúcha - Estado do Paraná, CNPJ nº 02.820.400, neste ato representado por Sr. JOSE CARLOS NARESSI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG n.º 4.520.396-4 SSP/PR e inscrito pelo CPF n.º 722.534.019-00, residente e domiciliado no Município de Cidade Gaúcha - Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATADO, considerando o § 1º, art. 65, da lei n.º 8666/93 e considerando a necessidade de serviços de Alinhamento, Balançamento e Medição em geral destinados à manutenção e conserto dos veículos leves pertencentes ao Município de Cidade Gaúcha - PR, resolvem o presente instrumento firmar o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, celebrarem o presente instrumento conforme estipulado nas cláusulas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Atenas do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula 3 (terceira) do contrato original sob n.º 005/2016 que vem acrescido R\$ 10.162,50 (dez mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) do valor original deste instrumento contratual perfazendo o valor total de R\$ 50.812,50 (cinquenta mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA
Permancem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 29 de Fevereiro de 2016.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 01 de Junho de 2016.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
JOSE CARLOS NARESSI
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAUCHA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2016
EDITAL Nº 002/2012 – CONCURSO PÚBLICO/EMPREGO PÚBLICO
OBJETO DO CONTRATO: Serviço de Limpeza Urbana – Estado do Paraná
CONTRATADO: ESTADUAL MARCOS GONÇALVES
OBJETO: Prestação de Serviço, como: Monitor Social
VALOR DA REMUNERAÇÃO: R\$ 1.058,00 (Um mil e cinquenta e seis reais) mensal.
CARGA HORÁRIA: 20h00min às - Semanas
VIGÊNCIA: Prato Indeterminado – Regime CLT.
Cidade Gaúcha, 01 de junho de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 650/2016
SÚMULA: Concessão do Diário
VALTER PEREIRA DA ROCHA, O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor Valter Pereira da Rocha, Prefeito Municipal, com base na Lei Municipal nº. 133/2005 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 01 (Uma) diária + 30% + 40 % para custos de hospedagem e alimentação, para transporte, entre os dias 01 de junho de 2016 ao dia 02 de junho de 2016, onde estará cumprindo mandato na Assembleia Legislativa do Paraná, doravante denominado CONTRATADO, considerando o § 1º, art. 65, da lei n.º 8666/93 e considerando a necessidade de serviços de Alinhamento, Balançamento e Medição em geral destinados à manutenção e conserto dos veículos leves pertencentes ao Município de Cidade Gaúcha - PR, resolvem o presente instrumento firmar o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, celebrarem o presente instrumento conforme estipulado nas cláusulas abaixo.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Atenas do presente Termo Aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula 3 (terceira) do contrato original sob n.º 005/2016 que vem acrescido R\$ 10.162,50 (dez mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) do valor original deste instrumento contratual perfazendo o valor total de R\$ 50.812,50 (cinquenta mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA
Permancem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do contrato original, datado de 29 de Fevereiro de 2016.
E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cidade Gaúcha - PR, 01 de Junho de 2016.
ALEXANDRE LUCENA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
JOSE CARLOS NARESSI
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
LEI Nº. 1.824
DE 31 DE MAIO DE 2016.
SÚMULA: Altera a Lei Municipal n.º 1687 de 04 de novembro de 2015 que dispõe sobre denominação das Ruas do Município de Douradina, e dá outras providências.
A Câmara Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal n.º 1687/2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º As ruas do loteamento denominado Parque Agostinho II, localizado no perímetro urbano de Douradina, Estado do Paraná, passam a ter a seguinte denominação:
a) Rua Maria Barbosa de Souza, denominada anteriormente de Rua Beija Flor;
b) Rua Benedito Sabino Marques, denominada anteriormente de Rua Benedito;
c) Rua Alcides Ferreira da Silva, denominada anteriormente de Candário;
d) Rua Dirceu Zippi, denominada anteriormente de Rua João de Barros;
e) Rua Luiz Carlos Consoni, denominada anteriormente de Rua Sabá;
f) Rua Delmira dos Santos Coutinho, denominada anteriormente de Rua Ipê;
g) Rua Antônio Guimarães Antonucci, denominada anteriormente de Rua Araras;
h) Rua Antonio de Araújo, denominada anteriormente de Rua São Pedro;
i) Rua Domingos Cerviniani, denominada anteriormente de Faixa de alargamento da Rua Projetada 'D';
j) Rua Domingos Guimarães Antonucci, denominada anteriormente de Rua Projetada 'E';
k) Prolongamento da Rua Elzo Oliva Martin, denominada anteriormente de Prolongamento da Rua Projetada 'F';
l) Prolongamento da Rua José Alves de Queiroz, denominada anteriormente de Prolongamento da Rua Projetada 'G';
m) Prolongamento da Rua São Roque, denominada anteriormente de Rua Coqueiro.
Art. 2º - Permancem inalteradas a denominação das seguintes ruas:
a) Rua Palmira, originalmente denominada de Rua 9º;
b) Rua Rio Preto, originalmente denominada de Rua 10º;
c) Rua Marques e Silva, originalmente denominada de Rua 11º;
d) Rua Guilo, originalmente denominada de Rua 12º;
e) Rua Marques e Silva, originalmente denominada de Rua 13º;
Art. 3º - A alteração da denominação das vias públicas do Loteamento denominado PARQUE AGOSTINHO II, tem como fundamento a Lei Complementar n.º 23 de 21 de Dezembro de 2009, que trata da hierarquização do sistema viário municipal assegurando a continuidade do arranjo existente nos novos parcelamentos do sítio municipal.
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Francisco Gil Vera, aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis (31/05/2016).
Francisco Aparecido Almeida
Prefeito Municipal
Secretário de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 112/2016
SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor Edson Aparecido Duarte Alves, e dá outras providências.
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Edson Aparecido Duarte Alves, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.915.162-0 relativas ao período aquisitivo 06/02/2015 a 05/02/2016, por trinta dias, devendo entrar em gozo da mesma a partir de 01/06/2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquivar-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 114/2016
SÚMULA: Concede férias regulamentares ao servidor Valdemir Garcia Munhoz, e dá outras providências.
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor Valdemir Garcia Munhoz, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 2.099.885-6 relativas ao período aquisitivo 22/02/2015 a 21/02/2016 por trinta dias, devendo entrar em gozo da mesma a partir do dia 06/06/2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquivar-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 113/2016
SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora Joana Mara Lamazale Leal da Silva Barbieri, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora Joana Mara Lamazale Leal da Silva Barbieri, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.729.521-6, relativas ao período aquisitivo 01/02/2013 a 31/01/2014, por vinte dias, devendo entrar em gozo da mesma a partir de 01 de junho de 2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, Cumpra-se e Arquivar-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, ao primeiro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

STEEM - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Produção, Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica de Fontes Hídricas, Térmicas e Alternativas e Gás Natural nas Empresas Públicas e Privadas de Maringá e Região Noroeste do Paraná
Rua Maringá, 199 - Vila Maringá - Paraná - página: www.steem.org.br - e-mail: steem@steeem.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Por este Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Produção, Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica de Fontes Hídricas, Térmicas e Alternativas e Gás Natural, nas Empresas Públicas e Privadas de Maringá e Região Noroeste do Paraná, convoca a Assembleia Geral Ordinária, para o dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 31, 126 e 127, convoca todos os empregados da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e Eletrosul Centrais elétricas S/A, associadas ao Sindicato, pertencentes a sua base territorial, para se reunirem em Sessão de Assembleia Geral Ordinária, no dia 07/06/2016, na 50ª (cinquenta por cento) reunião, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme Artigo 30, 3

Publicações Regais

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 38/2016
Nomeia servidor para cargo em comissão e dá outras providências.
CONSIDERANDO o contido no art. 11, da Resolução nº 01/2008, de 04 de julho de 2008, alterada pela Resolução nº 01/2012, de 20 de dezembro de 2012;
CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 8º, da Resolução nº 01/2008, de 04 de julho de 2008, alterada pela Resolução nº 01/2012, de 20 de dezembro de 2012;
CONSIDERANDO solicitação submetida pelo Vereador WASHINGTON GUIRÃO,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear ANDREIA APARECIDA DE SOUZA FERNANDES, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.315.659-9/SSP-PR, para ocupar o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Vereador, símbolo CC-01, lotado no gabinete do Vereador Washington Guirão, a partir da data de 01 de junho de 2016.
Art. 2º - Conceder a referida servidora, a partir do dia 01 de junho de 2016, a gratificação de 50% (cinquenta por cento) por Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - GRTIDE.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 01 de junho de 2016.
Marcelo Denerussun Nelli
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2016
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais diversos, para atender as necessidades do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
DATA DA ABERTURA: 15/06/2016 – HORÁRIO: 09:00 HORAS
Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, deverão ser protocolados, no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura de Umuarama, sito a Av. Rio Branco, 3717 - UMUARAMA-PR, até o último dia útil, anterior a data prevista para abertura do certame, no horário de expediente da Prefeitura, das 08:00 às 14:00 horas.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (41) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 01 DE JUNHO DE 2016.
MOACIR SILVA
Prefeito Municipal
ARMANDO CORDTS FILHO
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2016
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos e materiais diversos, para atender as necessidades das entidades: Associação de Assistência aos Surdos de Umuarama – ASSUMU, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais – APADEVÍ, conforme legislação nº 02/2016 do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA ABERTURA: 16/06/2016 – HORÁRIO: 09:00 HORAS
Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, deverão ser protocolados, no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura de Umuarama, sito a Av. Rio Branco, 3717 - UMUARAMA-PR, até o último dia útil, anterior a data prevista para abertura do certame, no horário de expediente da Prefeitura, das 08:00 às 14:00 horas.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (41) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 01 DE JUNHO DE 2016.
MOACIR SILVA
Prefeito Municipal
ARMANDO CORDTS FILHO
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2016
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais elétricos, para instalação das máquinas de corte e corte, para o Barracão da Escola de Costura e Costura do Conjunto Habitacional Somo Meu I, deste Município, com recursos do Trabalho Técnico Social - do Programa Minha Casa Minha Vida – FAR – Contrato de nº 0296-254-10/11
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
DATA DA ABERTURA: 17/06/2016 – HORÁRIO: 09:00 HORAS
Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, deverão ser protocolados, no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura de Umuarama, sito a Av. Rio Branco, 3717 - UMUARAMA-PR, até o último dia útil, anterior a data prevista para abertura do certame, no horário de expediente da Prefeitura, das 08:00 às 14:00 horas.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (41) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 01 DE JUNHO DE 2016.
MOACIR SILVA
Prefeito Municipal
ARMANDO CORDTS FILHO
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2016
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: Contratação de empresa, para ministrar curso de capacitação, para a equipe do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, deste Município.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA ABERTURA: 17/06/2016 – HORÁRIO: 10:00 HORAS
Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, deverão ser protocolados, no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura de Umuarama, sito a Av. Rio Branco, 3717 - UMUARAMA-PR, até o último dia útil, anterior a data prevista para abertura do certame, no horário de expediente da Prefeitura, das 08:00 às 14:00 horas.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (41) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 01 DE JUNHO DE 2016.
MOACIR SILVA
Prefeito Municipal
ARMANDO CORDTS FILHO
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2016
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 361 / 2016

No dia 25 de abril de 2016, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. 3687/2016, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo: CLEUSA APARECIDA DOS SANTOS, inscrita no CPF Nº. 696.858.259-49, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu(s) sucessor(es) do imóvel, sito Quadra 0015 Lote 001A, PARQUE RESIDENCIAL BELLO MONTE, RUA PROLETÁRIA Nº. 8, nesta cidade, cadastrado como contribuinte imobiliário nº. 440610.
Da Infração: Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, caput e seu § 1º, da Lei Complementar 129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1º, do art. 165 da mesma Lei Complementar nº129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.
Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 488,54 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4º do Art. 2 da Lei Municipal nº 2104/98, alterada pela Lei Municipal nº 2915/06.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Fiscal	Fiscal
ADILSON APARECIDO GOMES GORDO Agente Fiscal CPF: 458.941.329-91	MIGUEL AFOSONO RIBEIRO Fiscal CPF: 154.398.101-10

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, por intermédio da Secretaria de Fazenda/Divisão de Postura, NOTIFICA Vossa Senhoria, para que no prazo de 20 (vinte) dias a partir desta data, realize a limpeza do imóvel acima descrito.
Destacamos ainda que o não cumprimento do disposto nesta notificação implicará em sanções administrativas e pecuniárias, previstas na Lei 129/2004 e Lei 3.351 de 08 de abril de 2009.
Em caso de não realização da limpeza do terreno, tais serviços poderão ser realizados por esta municipalidade. As despesas da execução do serviço serão lançadas no cadastro imobiliário, ficando ainda os proprietários ou titulares a qualquer título do imóvel, sujeitos a inscrição em dívida ativa e a execução judicial dos débitos lançados.
Umuarama, 1 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2016
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 362 / 2016

No dia 25 de abril de 2016, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. 3687/2016, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo: CLEUSA APARECIDA DOS SANTOS, inscrita no CPF Nº. 696.858.259-49, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu(s) sucessor(es) do imóvel, sito Quadra 0015 Lote 001A, PARQUE RESIDENCIAL BELLO MONTE, RUA PROLETÁRIA Nº. 8, nesta cidade, cadastrado como contribuinte imobiliário nº. 440610.
Da Infração: Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, caput e seu § 1º, da Lei Complementar 129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1º, do art. 165 da mesma Lei Complementar nº129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.
Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 488,54 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4º do Art. 2 da Lei Municipal nº 2104/98, alterada pela Lei Municipal nº 2915/06.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Fiscal	Fiscal
ADILSON APARECIDO GOMES GORDO Agente Fiscal CPF: 458.941.329-91	MIGUEL AFOSONO RIBEIRO Fiscal CPF: 154.398.101-10

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, por intermédio da Secretaria de Fazenda/Divisão de Postura, NOTIFICA Vossa Senhoria, para que no prazo de 20 (vinte) dias a partir desta data, realize a limpeza do imóvel acima descrito.
Destacamos ainda que o não cumprimento do disposto nesta notificação implicará em sanções administrativas e pecuniárias, previstas na Lei 129/2004 e Lei 3.351 de 08 de abril de 2009.
Em caso de não realização da limpeza do terreno, tais serviços poderão ser realizados por esta municipalidade. As despesas da execução do serviço serão lançadas no cadastro imobiliário, ficando ainda os proprietários ou titulares a qualquer título do imóvel, sujeitos a inscrição em dívida ativa e a execução judicial dos débitos lançados.
Umuarama, 1 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
HABILITADO EM 08/09/2016
UMUARAMA PREF. MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 363 / 2016

CONTRIBUENTE: CLEUSA APARECIDA DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 696.858.259-49
ENDERECO: RUA SERENATA CAELO GOMES, Nº 2428, CEP: 87502-208 - ZONA 7 - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Avenida Marília, 1920 – Centro
Cep: 87470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 - Mariluz/Paraná
EXTRATO CONTRATO Nº 056/2016 – PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ.
CONTRATADO: L. K. MARTINS - ME
CNPJ: 19.9995.378/0001-09
BASE LEGAL: Pregoão Presencial nº 028/2016
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de tapetaria e funilaria em veículos da frota municipal, conforme especificações descritas no edital do Pregoão 028/2016.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.350,00 (nove mil trezentos e cinquenta reais)
FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem emendas e sem ressarcos.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: INÍCIO: 01/06/2016
TÉRMINO: 01/06/2017
Mariluz, 01 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNP: 76.404.136/0001-29
Contratante: L. K. MARTINS - ME
CNP: 19.995.378/0001-09
CONTRATADA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2016
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 371 / 2016

No dia 25 de abril de 2016, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. 3688/2016, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo: CARLOS CESAR BATISTA FERRAZ, inscrita no CPF Nº. 360.783.619-48, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu(s) sucessor(es) do imóvel, sito Quadra 0004 Lote 0001, PARQUE 1 DE MAIO, RUA ALFREDO BERNARDO, nº. 4848, nesta cidade, cadastrado como contribuinte imobiliário nº. 2965900.
Da Infração: Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, caput e seu § 1º, da Lei Complementar 129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1º, do art. 165 da mesma Lei Complementar nº129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.
Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 488,54 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4º do Art. 2 da Lei Municipal nº 2104/98, alterada pela Lei Municipal nº 2915/06.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Fiscal	Fiscal
ADILSON APARECIDO GOMES GORDO Agente Fiscal CPF: 458.941.329-91	MIGUEL AFOSONO RIBEIRO Fiscal CPF: 154.398.101-10

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, por intermédio da Secretaria de Fazenda/Divisão de Postura, NOTIFICA Vossa Senhoria, para que no prazo de 20 (vinte) dias a partir desta data, realize a limpeza do imóvel acima descrito.
Destacamos ainda que o não cumprimento do disposto nesta notificação implicará em sanções administrativas e pecuniárias, previstas na Lei 129/2004 e Lei 3.351 de 08 de abril de 2009.
Em caso de não realização da limpeza do terreno, tais serviços poderão ser realizados por esta municipalidade. As despesas da execução do serviço serão lançadas no cadastro imobiliário, ficando ainda os proprietários ou titulares a qualquer título do imóvel, sujeitos a inscrição em dívida ativa e a execução judicial dos débitos lançados.
Umuarama, 1 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
HABILITADO EM 08/09/2016
UMUARAMA PREF. MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 372 / 2016

CONTRIBUENTE: CARLOS CESAR BATISTA FERRAZ - CPF/CNPJ: 360.783.619-48
ENDERECO: RUA SAPRUA, Nº 801, CEP: 87501-119 - ZONA 1 - UMUARAMA-PR, LOTE 1215 APFO 43

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2016
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 385 / 2016

No dia 25 de abril de 2016, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. 3688/2016, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo: OLGA SOROBON JULIAN, inscrita no CPF Nº. 695.768.669-87, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu(s) sucessor(es) do imóvel, sito Quadra 0008 Lote 0099, PARQUE RESIDENCIAL ITALIA, RUA S, nº. 8, nesta cidade, cadastrado como contribuinte imobiliário nº. 471200.
Da Infração: Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, caput e seu § 1º, da Lei Complementar 129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1º, do art. 165 da mesma Lei Complementar nº129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.
Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 488,54 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4º do Art. 2 da Lei Municipal nº 2104/98, alterada pela Lei Municipal nº 2915/06.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Fiscal	Fiscal
ADILSON APARECIDO GOMES GORDO Agente Fiscal CPF: 458.941.329-91	MIGUEL AFOSONO RIBEIRO Fiscal CPF: 154.398.101-10

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, por intermédio da Secretaria de Fazenda/Divisão de Postura, NOTIFICA Vossa Senhoria, para que no prazo de 20 (vinte) dias a partir desta data, realize a limpeza do imóvel acima descrito.
Destacamos ainda que o não cumprimento do disposto nesta notificação implicará em sanções administrativas e pecuniárias, previstas na Lei 129/2004 e Lei 3.351 de 08 de abril de 2009.
Em caso de não realização da limpeza do terreno, tais serviços poderão ser realizados por esta municipalidade. As despesas da execução do serviço serão lançadas no cadastro imobiliário, ficando ainda os proprietários ou titulares a qualquer título do imóvel, sujeitos a inscrição em dívida ativa e a execução judicial dos débitos lançados.
Umuarama, 1 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
HABILITADO EM 08/09/2016
UMUARAMA PREF. MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 385 / 2016

CONTRIBUENTE: JOANA MARIA JELLIAN - CPF/CNPJ: 606.305.929-72
ENDERECO: RUA MOACIR COLASSEN, Nº 2225, CEP: 8750000 - JARDIM PETROPOLIS - UMUARAMA-PR
CONTRIBUENTE: OLGA SOROBON JULIAN - CPF/CNPJ: 695.768.669-87
ENDERECO: RUA SAO VICENTE DE PAULA Nº 692, CEP: 8750000 - JARDIM MONTE CARLO - UMUARAMA-PR
CONTRIBUENTE: GILBERTO CARLOS JULIAN - CPF/CNPJ: 571.024.659-94
ENDERECO: RUA SAO VICENTE DE PAULA Nº 692, CEP: 8750000 - JARDIM MONTE CARLO - UMUARAMA-PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2016
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 399 / 2016

No dia 25 de abril de 2016, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. 3666/2016, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo: CLAYTON BHIRO YWANAGA, inscrita no CPF Nº. 628.927.619-56, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu(s) sucessor(es) do imóvel, sito Quadra 0013 Lote 0011, PARQUE VITÓRIA REGIA, RUA B, nº. 8, nesta cidade, cadastrado como contribuinte imobiliário nº. 3405800.
Da Infração: Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, caput e seu § 1º, da Lei Complementar 129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1º, do art. 165 da mesma Lei Complementar nº129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.
Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 488,54 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4º do Art. 2 da Lei Municipal nº 2104/98, alterada pela Lei Municipal nº 2915/06.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Fiscal	Fiscal
ADILSON APARECIDO GOMES GORDO Agente Fiscal CPF: 458.941.329-91	MIGUEL AFOSONO RIBEIRO Fiscal CPF: 154.398.101-10

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, por intermédio da Secretaria de Fazenda/Divisão de Postura, NOTIFICA Vossa Senhoria, para que no prazo de 20 (vinte) dias a partir desta data, realize a limpeza do imóvel acima descrito.
Destacamos ainda que o não cumprimento do disposto nesta notificação implicará em sanções administrativas e pecuniárias, previstas na Lei 129/2004 e Lei 3.351 de 08 de abril de 2009.
Em caso de não realização da limpeza do terreno, tais serviços poderão ser realizados por esta municipalidade. As despesas da execução do serviço serão lançadas no cadastro imobiliário, ficando ainda os proprietários ou titulares a qualquer título do imóvel, sujeitos a inscrição em dívida ativa e a execução judicial dos débitos lançados.
Umuarama, 1 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Avenida Rio Branco, nº 3717 - Centro Cívico
CEP 87501-130 Umuarama - PR
Horário de Atendimento 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

Carta
HABILITADO EM 08/09/2016
UMUARAMA PREF. MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CORREIOS

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 399 / 2016

CONTRIBUENTE: CLAYTON BHIRO YWANAGA - CPF/CNPJ: 628.927.619-56
ENDERECO: AV MARIANA, Nº 504, CEP: 8752000 - ZONA 3 - UMUARAMA-PR, L 019 LOTA 12 A

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
Exercício: 2016
Secretaria Municipal de Fazenda
Divisão de Posturas

AUTO DE INFRAÇÃO DE POSTURA Nº 412 / 2016

No dia 3 de maio de 2016, na função de agente fiscal, dando cumprimento ao processo administrativo protocolado sob nº. 3892/2016, constatou-se que o sujeito passivo da obrigação acessória, abaixo identificado cometeu a seguinte infração:
Sujeito Passivo: MARCIO RAMOS SALES, inscrita no CPF Nº. 004.828.659-35, legítima(o) proprietária(o), possuidor(a) ou seu(s) sucessor(es) do imóvel, sito Quadra 0018 Lote 0010, PARQUE DOS BANDEIRANTES, RUA ANANIAS PIO TEIXEIRA, nº. 2288, nesta cidade, cadastrado como contribuinte imobiliário nº. 3322000.
Da Infração: Deixou de agir com presteza nos cumprimentos de seus deveres administrativos, concernentes à limpeza, do imóvel acima identificado, violando assim o disposto no art. 11, caput e seu § 1º, da Lei Complementar 129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, culminando na penalidade prevista no § 1º, do art. 165 da mesma Lei Complementar nº129/04, c/c § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06, alterada pela Lei 3.351/09.
Da Penalidade Pecuniária: Na qualidade de proprietário do imóvel acima identificado, fica o sujeito AUTUADO, pela infração cometida, a recolher aos cofres desta municipalidade o valor de **RS 488,54 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)**, nos termos dos artigos 156 e 165, da Lei Complementar 129/2004 e § 3º, do art. 2º, da Lei 2104/98, com alteração dada pela Lei 2.915/06 e pela Lei 3.351/09.
Ante o exposto, fica o infrator notificado de que, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, recolher aos cofres públicos do Município de Umuarama, o valor da respectiva multa pecuniária, ou no prazo de 07 dias, apresentarem defesa, conforme prevê o artigo 169, da mesma Lei Complementar 129/04.
Caso o recolhimento seja efetuado no prazo estipulado no parágrafo anterior o proprietário do imóvel terá direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor a ser cobrado a título de multa. Caso o recolhimento não seja efetuado no prazo estabelecido, a cobrança será feita com os acréscimos legais, inscrita em dívida ativa, conforme § 4º do Art. 2 da Lei Municipal nº 2104/98, alterada pela Lei Municipal nº 2915/06.
Os dados constantes neste auto de infração têm como base as informações obtidas do Cadastro Imobiliário Municipal atualizado até esta data.

Fiscal	Fiscal
ADILSON APARECIDO GOMES GORDO Agente Fiscal CPF: 458.941.329-91	MIGUEL AFOSON

Publicações Regais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 17.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná
EXTRATO CONTRATO nº 059/2016 – PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ
CONTRATADO: SIVONEZ APARECIDO RIBEIRO
CNPJ: 18.844.855/0001-86
BASE LEGAL: Pregão Presencial nº 028/2016
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de tapeçaria e funilaria em veículos da frota municipal, conforme especificações descritas no edital do Pregão 028/2016.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 24.138,00 (vinte e quatro mil cento e trinta e oito reais)
FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem emendas e sem ressarcos.
VIGÊNCIA DO CONTRATO:
INÍCIO: 01/06/2016
TERMINO: 01/06/2017
MARILUZ, 01 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ: 17.404.136/0001-29
Contratante:
SIVONEZ APARECIDO RIBEIRO
CNPJ: 18.844.855/0001-86
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 17.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná
EXTRATO CONTRATO nº 060/2016 – PREGÃO PRESENCIAL nº 028/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ
CONTRATADO: T. L. BARBOSA & CIA LTDA - EPP
CNPJ: 00.992.999/0001-00
BASE LEGAL: Pregão Presencial nº 028/2016
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de tapeçaria e funilaria em veículos da frota municipal, conforme especificações descritas no edital do Pregão 028/2016.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 36.750,00 (trinta e seis mil setecentos e cinquenta reais)
FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem emendas e sem ressarcos.
VIGÊNCIA DO CONTRATO:
INÍCIO: 01/06/2016
TERMINO: 01/06/2017
MARILUZ, 01 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ: 17.404.136/0001-29
Contratante:
T. L. BARBOSA & CIA LTDA - EPP
CNPJ: 00.992.999/0001-00
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO nº 040/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 035/2016
EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
OS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO DEVERÃO SER PROTOCOLADOS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DO MUNICÍPIO 30 MINUTOS ANTES DA DATA DO INÍCIO DA ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS.
A Prefeitura Municipal de Mariluz-Pr. torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial com participação exclusiva de MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, Leis 8.883/94, 9.648/98, 9.854/99 e 10.520/02. Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014 sob as seguintes condições:
DATA DA ABERTURA: 22 de junho de 2016
HORARIO: 09:00 horas
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de peças, para motocicletas conforme especificações descritas no edital e documentos intencionalmente constantes no processo licitatório.
PREÇO MÁXIMO TOTAL: R\$ 17.744,00 (dezesete mil setecentos e quarenta e quatro reais).
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
REGIME CONTRATACIONAL: GLOBAL
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: em até 10 (dez) dias, após emissão da nota fiscal.
RECURSOS PRÓPRIOS
Não havendo a participação de empresas não enquadradas como Microempresas, Empresas de pequeno porte e Microempendedor Individual, nos termos do inciso II do art. 49 da Lei 123/06, fica facultada a participação no certame, de empresas não enquadradas nessas categorias.
O presente edital poderá ser retirado nos seguintes horários das 8:00 às 11:30 das 13:30 às 17:00 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Mariluz – PR, situada a Avenida Marília, 1920, Centro. Informações pelo fone (44) 3534-8000 com Edson Torres.
GLEICELY FEITOSA DE LIMA DE SOUZA
Pregoeira

São Jorge do Patrocínio-PR, 31 de maio de 2016.

Prezada Senhora:

VALDELEI APARECIDO NASCIMENTO, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF/MF sob o nº. 570.142.729-34, portador do RG nº. 4.212.424-9, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, com espeque no art. 1º, IV, alínea "a" c/c inciso II, alínea a, item 9, para solicitar o seu afastamento temporário do cargo de Presidente do Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA em razão de disputa no pleito eleitoral de 2016.

Sem mais para o presente momento, renova-se a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Valdelei Aparecido Nascimento
CPF nº. 570.142.729-34

Prezada Senhora:
Nayara Raposo Olivo
Secretária Executiva
Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência – CORIPA
São Jorge do Patrocínio – Paraná

MUNICÍPIO DE PÉROLA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

Processo: n.º 57/2016. Pregão Presencial nº 43/2016. Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para execução de serviços topográficos, em apoio à elaboração de projetos básicos de engenharia e áreas ambientais do Município de Pérola, Estado do Paraná. Assinatura da Ata: 30/05/16. Vigência: 31/12/2016 a contar da assinatura. Empresa classificada em 1º lugar: **TOPOGEO AMBIENTAL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.115.828/0001-60, estabelecida na Rua Perobal, nº 3930, Sala 01, Zona I, CEP 87.501-300, na cidade de Umuarama, estado do Paraná, conforme especificações, condições e preços registrados constantes abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unid	Quant	Marca/Modelo	Valor Unit
1	1	Licenciamento ambiental em geral.	Serviço	8	Topogeo	1.200,00
1	2	Levantamento topográfico cadastral, planialtimétrico ou altimétrico.	Serviço	5	Topogeo	1.000,00
1	3	Outros serviços topográficos em geral.	Serviço	10	Topogeo	1.200,00
1	4	Aviventação de divisas, ruas, lotes e quadras.	Serviço	5	Topogeo	500,00
1	5	Levantamento geográfico de áreas urbana e rural.	Serviço	5	Topogeo	500,00
1	6	Mapas e memoriais descritivos, unificações e subdivisões (urbana e/ou rural).	Serviço	5	Topogeo	500,00

JAMIL MENDES
Diretor do Departamento de Compras e Licitação.

MUNICÍPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE PROSSSEGUIMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016
O MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público e comunica aos interessados e em especial às empresas que adquiriram o Edital de Licitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016, cujo objeto é o Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos que serão destinados ao Hospital Municipal de Pérola, Estado do Paraná, o PROSSSEGUIMENTO do certame licitatório, e realização de sessão pública de recebimento, abertura e julgamento de envelopes no dia 14/06/2016 às 14:00 horas.
Demais interessados poderá solicitar cópia do inteiro teor do presente edital e de seus anexos, no Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Pérola, sem nenhum custo. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação pelo telefone: (44)-3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e das 13h00 às 17h30min.
Pérola/PR, 01 de junho de 2016.
ANDERSON FARIAS DOS SANTOS
Pregoeiro

MUNICÍPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 129/2016
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 45/2016, dando outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 45/2016, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para a composição da merenda escolar da rede pública de ensino do Município de Pérola, Estado do Paraná tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:
FORNECEDORES VALOR TOTAL R\$
GOMES & RONCOLATO LTDA 65.655,90
GILMAR A. DE SOUZA MERCADO - ME. 22.329,30
FRAY DISTRIBUIDORA EIRELI - ME. 28.142,45
MAQUEA & MAQUEA LTDA - ME. 10.387,00
Art. 2º. Fica autorizado o Departamento de Compras e Licitação a formalizar o devido contrato nos termos do artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93 e suas alterações.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Pérola/PR, 01 de junho de 2016.
DARLAN SCALCO
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná

"TERMO DE AVALIAÇÃO"

De conformidade com a Portaria nº.9151/2016, datada de 18 de maio de 2.016, publicada em 19 de maio de 2.016, Edição nº.10.673, folha C9, Jornal Umuarama Ilustrado, temos a informar a seguinte avaliação:

- Motoniveladora F675A Articulada FIAT ALLIS, Plaqueta de identificação de Patrimônio nº.4470, valor de R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

- Veículo IMP/RENAUL TRAFIC FCC, placa AJL-3893, RENAVAL nº.00742572142, ano e modelo de fabricação 2000, (DEVENDO SER REMARCADO O CHASSI), Plaqueta de identificação de Patrimônio nº. 9357, valor de R\$2.000,00(Dois mil reais)

- Veículo FIAT/DUCATO MC TCA AMB, placa ATY-3993, RENAVAL nº.32.554876-5, ano e modelo de fabricação 2010/2011, Plaqueta de identificação de Patrimônio nº.182, valor de R\$.18.000,00 (Dezoito mil reais)

- Veículo FIAT/DUCATO M JAEDI AMB, placa APM-0122, RENAVAL nº.87.185537-2, ano e modelo de fabricação 2005/2006, Plaqueta de identificação de Patrimônio nº.4455, valor R\$.17.000,00 (Dezesseete mil reais)

- Veículo FIAT/UNO MILLE FIRE, placa AAY-2909, RENAVAL nº.00768597439, ano e modelo de fabricação 2001/2002, Plaqueta de identificação de Patrimônio nº.4465, valor R\$.2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

- Veículo FIAT/PALIO ELX FLEX, placa IMJ-6410, RENAVAL nº.00850417538, ano e modelo de fabricação 2.005/2005, Plaqueta de identificação de Patrimônio nº.7112, valor R\$.7.200,00 (Sete mil e duzentos reais)

- Veículo FORD/FIESTA, placa AIC-7169, RENAVAL nº.00707614260, ano e modelo de fabricação 1998/1999, Plaqueta de identificação de Patrimônio nº.7114, valor R\$.2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais)

- Veículo FIAT/PALIO FIRE FLEX, placa AMY-0567, RENAVAL nº.00859701352, ano e modelo de fabricação 2.005/2006, Plaqueta de identificação de Patrimônio nº.4460, valor R\$.6.500,00(Seis mil e quinhentos reais)

- COLETOR COMPACTADOR DE LIXO, Plaqueta de identificação de Patrimônio nº.5487, valor R\$.35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

-Vinte e cinco PNEUS 205/55R16, divididos em lotes de 04 (quatro) pneus, no valor de R\$.3.000,00 (Três mil reais)

-Oitenta e três PNEUS 225/35R20, divididos em lotes de 04 (quatro) pneus, no valor de R\$.20.335,00 (Vinte mil trezentos e trinta e cinco reais)

-Oito PNEUS 215/35R18, divididos em lotes de 04 (quatro) pneus, no valor de R\$.1.600,00 (Um mil e seiscentos reais)

-Oito PNEUS 225/40R18, divididos em lotes de 04 (quatro) pneus, no valor de R\$.1.600,00 (Um mil e seiscentos reais)

-Um PNEU 225/45R18, no valor de R\$.150,00 (Cento e cinquenta reais).

Terra Roxa, 27 de Maio de 2.015.

PAULO CESAR FARIAS PRESIDENTE
EDESIO OLIVEIRA LIMA MEMBRO
CESAR VIEIRA ESMELATO MEMBRO
GERSON GIOVANELLI MEMBRO
SANDRA ANTONIO MEMBRO
LUIS CARLOS MARSARI MEMBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 2752/2016
SÚMULA: Dispõe sobre a Homologação do Termo de Avaliação, proferida pela Comissão de Vistoria e Avaliação, nomeadas através da Portaria nº 9151/2016, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:
Art. 1º - Fica homologado o Termo de Avaliação pela Comissão de Vistoria e Avaliação, nomeada pela Portaria nº 9151/2016 de 18 de maio de 2016, que tem por objetivo promover o LEILÃO dos bens móveis inservíveis descritos e caracterizados, constantes no referido Termo.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de maio de 2016.
IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
ERRATA
Em Portaria nº 9151/2016, publicada em 19 de maio de 2016, Edição nº 10673, C9, Jornal Umuarama Ilustrado, Onde consta:
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de junho de 2016.
Leia-se:
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 18 dias do mês de maio de 2016.
Terra Roxa, Paraná, 31 de maio de 2016.
IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 128/2016
LUIZ ANTONIO KRAUSS, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no Artigo 80 da Lei nº. 060 de 27 de Outubro de 2010, resolve,
CONCEDER
A servidora LUCIANA TRAVAIN, portadora do CPF nº 056.128.769-30, licença de 180 dias, a partir de 01/06/2016 a 27/11/2016, sem prejuízo em seus vencimentos, para repouso à gestante, conforme atestado médico.
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste, 01 de junho de 2016.
LUIZ ANTONIO KRAUSS
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARIA HELENA/PR

Av. Paraná, 1471, Centro – CEP: 87480-000 – Fone: 0xx-3662-1571
cmas_mh@hotmail.com
Resolução Nº. 06/2016
Assunto: Apreciação e Aprovação da Comissão Temática Permanente de Documentação e Cadastro.
O Conselho Municipal de Assistência Social de Maria Helena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº548, de 06 de maio de 2011 e considerando:
- a Política Nacional de Assistência Social;
- a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
- a Norma Operacional Básica do SUAS;
- a Lei Municipal nº646/2011
- a Deliberação da Plenária em reunião ordinária no dia 25/05/2016,
RESOLVE:
Art. 1º - Aprova os seguintes membros do conselho Municipal de Assistência Social para compor a Comissão Temática Permanente de Documentação e Cadastro:
Coordenador: Andrea Alessandra Fernandes
Relator: Leandro Alves Monteiro
Secretário: Adriane Nascimento Silva Custódio
Art. 2º - Esta ação foi amplamente discutida por todos os presentes.
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Maria Helena, 01 de Junho de 2016.
Andrea Alessandra Fernandes
Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ
DIVISÃO DE TESOUREARIA E CONTABILIDADE
Notificação de Liberação de Recursos Federais
Em cumprimento ao disposto do Artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1.997, Notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município de Esperança Nova de como objeto a celebração de Contrato de Empréstito com fornecimento de mão de obra e materiais para a reforma de banheiros da Escola Municipal do Campo Monteiro Labo localizada no Distrito de Porto Camargo, conforme memorial descritivo e projeto anexo ao edital.
O valor máximo a ser pago pelo mencionado objeto é de R\$ 37.598,10 (trinta e sete mil quinhentos e noventa e oito reais e dez centavos).
Após a análise e verificação da documentação de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações apresenta o seguinte resultado:
EMPRESA SITUAÇÃO HABILITADA
VALDIR DE SOUZA BARRROS 4146,93
30/05/2016 FUNDEB 4146,93
31/05/2016 FUNDEB 2605,86
31/05/2016 CMAS DESONERAÇÃO 1.321,28
Esperança Nova em 31 de Maio de 2016.
Edson Jaques Santos
Diretor da Divisão de Tesouraria e Contabilidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE HABILITAÇÃO
REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2016
O MUNICÍPIO DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, torna público a HABILITAÇÃO, do processo licitatório supra referido, que realizou em sua sede, sito à Av. Hermes Vissoto, 810 - Centro, Icaraima, Estado do Paraná, no dia 01/06/2016 às 09:00 horas, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que tem como objeto a celebração de Contrato de Empréstito com fornecimento de mão de obra e materiais para a reforma de banheiros da Escola Municipal do Campo Monteiro Labo localizada no Distrito de Porto Camargo, conforme memorial descritivo e projeto anexo ao edital.
O valor máximo a ser pago pelo mencionado objeto é de R\$ 37.598,10 (trinta e sete mil quinhentos e noventa e oito reais e dez centavos).
Após a análise e verificação da documentação de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações apresenta o seguinte resultado:
EMPRESA SITUAÇÃO HABILITADA
VALDIR DE SOUZA BARRROS 4146,93
30/05/2016 FUNDEB 4146,93
31/05/2016 FUNDEB 2605,86
31/05/2016 CMAS DESONERAÇÃO 1.321,28
Esperança Nova em 31 de Maio de 2016.
Edson Jaques Santos
Diretor da Divisão de Tesouraria e Contabilidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ofício nº 029/2016 - SAD, solicita ratificação do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa A. T. MEYER & CIA LTDA, para atendimento de serviços com procedimentos cirúrgicos eletivos (adulto e infantil) na especialidade de ORTOPEDIA, para atendimento aos encaminhamentos de usuários pelas Unidades de Saúde deste Município, conforme Edital de Chamamento Público nº 002/2016 – Credenciamento de Serviços de Saúde, com inexistência de licitação, de acordo com o artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.
DESPACHO/HOMOLOGAÇÃO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 008/2016, anexo. Em 1º de junho de 2016.
Assina: Angela da Silva Biazon - Secretária Municipal de Saúde Designada.
RATIFICO EM 01/06/2016
ANGELA DA SILVA BIAZON
Secretária Municipal de Saúde Designada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 98/2016
SÚMULA: Concede férias regulamentares aos servidores e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

I – Conceder férias regulamentares aos servidores que abaixo discrimina, como segue:

NOME	PERIODO	DATA
EDSON PINHEIRO COELHO	2013/2014	02/05/2016 A 31/05/2016
ELZA DE OLIVEIRA PUGA	2013/2014	09/05/2016 A 08/06/2016
MARISA DE FATIMA OLIVEIRA TAVARES	2014/2015	18/05/2016 A 16/06/2016
JOÃO APARECIDO RODRIGUES DO COUTO	2009/2010	25/05/2016 A 23/06/2016

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 01 DE JUNHO DE 2016.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 99/2016
SÚMULA: Concede férias fracionadas aos servidores que abaixo relaciona, nos termos do art.111,§§ 1º e 3º da Lei nº 455/92 com a redação dada pela Lei nº246/2015 e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

I – Conceder férias regulamentares aos servidores que abaixo discrimina como segue:

NOME	PERIODO	DATA
ELIANA GRASIERI BRANDÃO	2013/2014	02/05/2016 A 16/05/2016
MARIA FABRICIA BARBIERI ARIOZI	2015/2016	02/05/2016 A 16/05/2016
BRUNA CLAUDIA MESSIAS	2013/2014	16/05/2016 A 04/06/2016

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 01 DE JUNHO DE 2016.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100/2016
SÚMULA: Nomeia em Estágio Probatório e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E:

I – NOMEAR, em ESTÁGIO PROBATÓRIO, de 01/06/2016 à 31/05/2019, o servidor que abaixo discrimina, em virtude de habilitação no CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2012 de 23/03/2012.

NOME FUNÇÃO CARGA HORÁRIA /SEMANAL RG
ROBSON MAGALHÃES JORGEASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 HORAS
8.915.048-5 SSP/PR

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 01 DE JUNHO DE 2016.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/2016
SÚMULA: Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado, conforme PSS - Processo Seletivo Simplificado, do Edital nº 001/2016, como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

I – CONTRATAR, a partir de 01 de Junho de 2016, a servidora JESSICA SANTOS DA SILVA, portadora do RG nº 12.533.724-4 SESP/PR para ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 01 DE JUNHO DE 2016.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102/2016
SÚMULA: Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado, conforme PSS - Processo Seletivo Simplificado, do Edital nº 001/2016, como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

I – CONTRATAR, a partir de 01 de Junho de 2016, a servidora CAMILA CAOIBELI DA GRAÇA, portadora do RG nº 12.689.950-5 SESP/PR para ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 01 DE JUNHO DE 2016.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103/2016
SÚMULA: Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado, conforme PSS - Processo Seletivo Simplificado, do Edital nº 001/2016, como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

I – CONTRATAR, a partir de 01 de Junho de 2016, a servidora CAMILA CAOIBELI DA GRAÇA, portadora do RG nº 12.689.950-5 SESP/PR para ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 01 DE JUNHO DE 2016.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2016
SÚMULA: Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado, conforme PSS - Processo Seletivo Simplificado, do Edital nº 001/2016, como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

I – CONTRATAR, a partir de 01 de Junho de 2016, a servidora LARISSA RODRIGUES DAVID, portadora do RG nº 10.439.945-2 SESP/PR para ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 01 DE JUNHO DE 2016.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105/2016
SÚMULA: Dispõe sobre Contr

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

(nome do solicitante)

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº ____/2013

Que entre si celebram, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob o nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, nesta cidade de Umuarama-PR, neste ato representado por seu Gestor e Secretário Municipal de Saúde, Sr. LUIZ ALBERTO HAIDUK, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 4.601.581-9/SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº 727.740.619-20, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, nº _____ - CEP: _____, na cidade de Umuarama-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº _____/SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato é decorrente no Processo de Inexigibilidade nº ____/2016, ratificado em ____ de ____ de 2016, publicado no jornal Umuarama Ilustrado no dia ____ de ____ de 2015, edição nº ____, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 029, de 23 de fevereiro de 2007.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de _____ aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº ____/2016 – Credenciamento de Serviços de Saúde, sendo que os atendimentos serão realizados em local pré determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, com fornecimento de todo material, insumos e recursos humanos necessários a sua realização.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA realizará até ____ (____) procedimentos (consultas, exames e ou atendimentos especializados) mensais, a um valor unitário de R\$ ____ (____), perfazendo um valor mensal de até R\$ ____ (____) totalizando um valor anual de até R\$ ____ (____).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução do presente contrato, os participantes deverão observar as seguintes condições gerais:

I - o acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;

II - encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência;

III - gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados, não podendo haver cobrança, aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

IV - a eventual prescrição de medicamentos deve observar a Política Nacional de Medicamentos, conformando-se às listagens Municipal, Estadual e Federal;

V - a eventual prescrição de exames e procedimentos deve conformar-se àquelas preconizadas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

VI - as solicitações de exames, procedimentos e medicamentos não contemplados nos instrumentos referidos no inciso anterior, uma vez geradas pela CONTRATADA, passam a configurar como direito do usuário, e deverão ser atendidas exclusivamente pela CONTRATADA, sem expectativa de remuneração adicional pelo CONTRATANTE, a qualquer título;

VII - atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

VIII - observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;

IX - sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional e municipal do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde 8.080/90.

X - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde.

XI - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA o fornecimento de todos os insumos necessários à execução do objeto deste contrato, ai incluídos equipamentos, medicamentos, insumos, órteses, próteses e materiais comuns ou especiais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

XII - Os serviços serão prestados diretamente por profissionais da CONTRATADA, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DA INDICAÇÃO DO GESTOR: De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009, de 22 de junho de 2009, da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-PR, indica-se como gestor do presente contrato o Sr(a), _____, ocupante do cargo de _____, portador do RG nº _____, /SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº _____.

CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATADA realizará até ____ (____) procedimentos (exames, consultas, etc.) mensais, a um valor unitário de R\$ ____ (____), perfazendo um valor mensal de até R\$ ____ (____) totalizando um valor anual de até R\$ ____ (____), de acordo com os valores constantes na Tabela (SIA/SUS ou do Chamamento ____/2016).

Parágrafo Primeiro: Dos valores a que se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor;

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO:

1 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, e após a emissão da competente Nota Fiscal (fatura), que obrigatoriamente deverá vir acompanhada com um relatório contendo a qualificação completa (nome, endereço, RG e CPF) de todos os pacientes atendidos, bem como de todos os comprovantes (requisições) de autorização emitidos pela CONTRATANTE.

2 - As Notas Fiscais (faturas) que apresentarem incorreções ou as que não vierem acompanhadas da documentação exigida no item 01 desta cláusula, serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação da mesma.

3 - O pagamento será feito mediante depósito (crédito) em conta corrente em nome da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá manter-se regularizada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para que o CONTRATANTE possa efetuar os devidos pagamentos.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula fica condicionado à apresentação da CND (INSS) e CRF (FGTS) por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO:

I - O objeto da presente licitação será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde, não podendo exceder aos quantitativos/mês estabelecidos na Cláusula Quarta do presente contrato.

II - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA.

III - A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer ao paciente, demonstrativo dos valores pagos pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo seu atendimento, quando solicitado.

CLÁUSULA OITAVA – OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA ainda se obriga a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional decorrente deste contrato;

V – Cumprir todas as metas, diretrizes e orientações constantes no Plano Operativo anexo (quando da existência e necessidade deste), objetivando qualificar, aperfeiçoar e tornar mais eficiente os serviços prestados, em prol dos usuários do SUS.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:

A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.

PARÁGRAFO ÚNICO: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde

não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de ____ (____) meses, com início no dia ____ de ____ de 2016 e com

término previsto para o dia ____ de ____ de 201____, podendo, contudo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, se for de interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para cobertura das despesas do presente contrato, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária – Recursos Próprios / Recurso Estadual / Recurso Federal

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os valores pactuados neste Contrato serão pagos da seguinte forma:

I - A CONTRATADA apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados no mês anterior, constantes na Cláusula Quinta do presente Contrato. Após a validação dos documentos, por parte do CONTRATANTE, a CONTRATADA receberá até o décimo quinto (15º) dia útil, 100% (cem por cento) dos serviços prestados e produzidos no último mês.

II - O CONTRATANTE, após revisão dos documentos, os encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, para que esta efetue o pagamento do valor finalmente apurado, até o 15º dia útil do mês subsequente à prestação de serviços;

III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento será entregue à CONTRATADA recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo, carimbo funcional.

IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser representadas até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento representado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.

V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá a CONTRATADA, o pagamento no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver, no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria Municipal de Saúde exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os critérios da CONTRATADA.

VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DO PREÇO: Os valores estipulados serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos aos valores constantes na Tabela SIA/SUS, em conformidade com os índices repassados pelo Ministério da Saúde, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da legislação atinentes às licitações e contratos administrativos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os reajustes independem de Termo Aditivo, sendo necessário anotar no processo administrativo da CONTRATANTE a origem e autorização do reajuste e os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO: A execução do presente contrato será avaliada pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados, bem como ao efetivo cumprimento do Plano Operativo anexo.

Parágrafo Primeiro: Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

Parágrafo Segundo: A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades perante o próprio CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

Parágrafo Quarto: Em qualquer hipótese estará assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos moldes da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES: Fica a CONTRATADA, sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente às licitações e contratos administrativos, assegurado o direito à ampla defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO: Constituem motivos para rescisão do presente Contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas na Cláusula Décima Quarta.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de (60) sessenta dias para a ocorrência de tal rescisão. Se durante este período, a CONTRATADA cometer qualquer infração, seja ela causada por culpa ou dolo, que trague prejuízo à prestação dos serviços contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES: Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, em atendimento à legislação referente às licitações e contratos administrativos, exceção feita à alteração prevista no parágrafo único da Cláusula Décima Segunda do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Umuarama, ____ de ____ de 2016.

LUIZ ALBERTO HAIDUK

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATANTE

Empresa Prestadora dos Serviços

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO III

a) Consultas Especializadas:

- Angiologista
- Cardiologista
- Cirurgião cabeça e pescoço
- Cirurgião geral
- Cirurgião vascular
- Cirurgião pediátrico
- Dermatologista
- Endocrinologista/ Endocrinologista pediátrico
- Fonoaudiólogo
- Gastroenterologista/ Gastroenterologista pediátrico
- Homeopata
- Hematologista
- Neurocirurgião
- Neurologista/ neurologista pediátrico
- Oftalmologista
- Oncologista
- Ortopedista
- Otorrinolaringologista
- Psiquiatria
- Reumatologista
- Urologista
- Traumatologista buco maxilo facial
- Traumatologista
- Proctologista
- Pneumologista
- Traumatologista buco maxilo facial

b) Exames especializados:

- Ultrassonografias com e sem Doppler
 - Análises clínicas
 - Patologia clínica
 - Radiodiagnóstico
 - Audiometria
 - Imitancimetria
 - Tomografia computadorizada
 - Mamografia
 - Ressonância magnética
 - Eletrocardiograma
 - Densitometria óssea
 - Ecocardiograma
 - Teste de esforço
 - Anatomo Patológico
 - Himunohistoquímica
 - Cintilografia
 - Eletroneuromiografia
 - Endoscopia
- c) Atendimentos especializados:
- Atendimento hospitalar de média e alta complexidade
 - Procedimentos ambulatoriais especializados de média e alta complexidade
 - Atendimento/acompanhamento de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor
 - Terapia renal
 - Procedimentos oftalmológicos
 - Saúde mental
 - Órtese/prótese
 - Fisioterapia
 - Pequenas cirurgias ambulatoriais
 - Cirurgia cardiovascular e procedimentos em cardiologia intervencionista – adulto e infantil
 - Alta complexidade em oncologia
 - Litotripsia extracorporea
 - Avaliação/acompanhamento e tratamento do glaucoma com fornecimento de colírio.
 - Procedimentos odontológicos especializados

Estado do Paraná

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2016 - CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

1 - PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Alencar, 4253, de conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, Lei nº 8.080/90, e demais legislações aplicáveis à espécie, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE, nos termos das condições estabelecidas no presente Instrumento de Chamamento.

1.2. A análise da documentação dos interessados será realizada pelos membros da Comissão Técnica de Credenciamento do Fundo Municipal de Saúde, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste Edital;

1.3. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados, vistoria técnica e o cumprimento das demais exigências contidas no presente Edital.

2 - OBJETO DO CREDENCIAMENTO

2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas na Área de Saúde para a prestação de serviços de consultas, exames e atendimentos especializados, nos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, que serão pagos de acordo com os valores constantes na tabela SIA/SUS.

OBS: SERÃO FORNECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AS MODALIDADES PARA O CREDENCIAMENTO DA ÁREA DE SAÚDE, CONFORME DISCRIMINAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO DESTA EDITAL.

3 - REGÊNCIA LEGAL

O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, caso necessário, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.

4 - PRAZOS

4.1. O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão Técnica de Credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida de acordo com o item 5 deste Edital, devendo ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, a qualquer momento, até o dia 31 de dezembro de 2016, durante o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, em envelope lacrado;

4.2. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme legislação aplicável à espécie;

4.3. O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação do interessado.

5 - DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CREDENCIAMENTO

5.1. Os seguintes documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados juntamente com o pedido de credenciamento:

- a) Contrato Social e suas alterações;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. A regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social, poderá ser comprovada individualmente, mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS-CND), desde que dentro do prazo de validade;
- d) Prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e a Dívida Ativa Estadual, em plena validade;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação do alvará de funcionamento (licença) e certidão negativa emitida pela Secretaria de Fazenda do Município da sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, em plena validade;
- f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, em plena validade;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- h) Licença de Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde;
- i) Inscrição do profissional no Conselho Regional pertinente;
- j) Prova de inscrição da empresa no Conselho Regional pertinente;
- k) Memorial descritivo com os seguintes itens;

* Recursos humanos;

* Equipamentos;

* Área física;

* Relação do Corpo Clínico para atendimento Ambulatorial, com seu respectivo título de especialidade na área, exclusivamente para hospitais e clínicas.

l) Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas emitido pelo CNAS (quando couber);

5.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em qualquer outro processo de cópia autenticada, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida;

5.3. A Comissão Técnica de Credenciamento poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários;

5.4. Será inabilitado o interessado que não apresentar toda a documentação exigida no presente Edital.

5.5. A classificação será de acordo com a ordem de entrega dos envelopes com a documentação exigida.

6 - DO PROCESSO DO CREDENCIAMENTO.

6.1. Serão credenciados os interessados que preencherem os requisitos previstos neste Edital, de acordo com as necessidades e conforme disponibilidade financeira e orçamentária;

6.2. Após análise da documentação e com base no parecer técnico elaborado pela Comissão Técnica de Credenciamento, esta emitirá um Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento, por especialidade e/ou área de interesse, o qual será submetido de imediato para a contratação;

6.3. Das decisões da Comissão Técnica de Credenciamento caberá recurso à Comissão Especial, no prazo de 05 dias, a contar da data da ciência da decisão;

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Com a conclusão da análise de toda a documentação, estejam os requisitos atendidos ou não para o credenciamento, os interessados serão comunicados no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data final de entrada das propostas;

7.2. Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão Contratados por meio de instrumento de prestação de serviços, de natureza precária, caracterizado pela unilateralidade e discricionariedade, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos, vantagens ou indenizações;

7.3. São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato;

7.4. As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de Saúde, Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.

8. DO PREÇO

A remuneração pela prestação de serviços será de acordo com o repasse do Ministério da Saúde ao Município de Umuarama, conforme valores constantes da Tabela do Sistema Único de Saúde, conforme relatório de serviços realizados.

9. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para atender as despesas decorrentes do credenciamento, valer-se-á de recursos próprios e provenientes de repasses pelos governos estaduais e federais, e que estejam livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Saúde, a serem discriminadas no ato da contratação.

10. DAS SANÇÕES

O inadimplemento contratual implicará em sanções previstas na Lei de Licitações e no contrato, assegurado o direito de ampla defesa.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, motivadamente, aditar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;

11.2. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento;

11.3. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento.

12. Este chamamento público será publicado mensalmente no diário oficial do município e na internet através do site. www.umuarama.pr.gov.br

Umuarama, 18 de janeiro de 2016.

Luiz Alberto Haiduk

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

MODELO I – PESSOA JURÍDICA (ADEQUAR COM A ÁREA PRETENDIDA)

(em papel timbrado/personalizado da empresa ou prestador)

A Prefeitura Municipal de Umuarama – Secretaria Municipal de Saúde

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS NA ÁREA MÉDICA divulgado pelo Município de Umuarama – Secretaria Municipal de Saúde, objetivando a prestação de serviços médicos nos termos do chamamento público divulgado em ____/____/____.

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____</